

DESAFIOS E IMPACTOS DA SUSTENTABILIDADE NA ERA DIGITAL

Antonio Evangelista de Souza Netto¹

Gessuelyton Mendes de Lima²

Silvia de Jesus Martins³

RESUMO:

O artigo tem por escopo discutir sobre os desafios e os impactos da sustentabilidade na era digital. Nesse sentido, devemos ter em mente que em uma sociedade globalizada o desenvolvimento sustentável possui como objetivo abranger três áreas, sendo social, econômica e meio ambiente, as quais são analisadas como dimensões. Os fatores tecnológicos geralmente não são considerados na análise dessas dimensões, porém, são fundamentais para a viabilidade de sucesso e sustentabilidade em cada área e na tentativa de evitar fraudes. O trabalho justifica-se pela relevância da temática, uma vez que a sustentabilidade surge naturalmente como um grande potencial axiológico que pode ser aplicado e reconhecido no centro deste novo ordenamento jurídico demasiadamente complexo, pluralista e transnacional. Acerca desse problema, o mundo de hoje não permite que apenas o paradigma moderno seja o regente de todas as ciências. Por isso, a análise da sustentabilidade e sua clássica estrutura tripartite (social, econômica e ambiental) é fundamental. Dessa forma, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico, de modo a analisar os estudos existentes que se referem à temática abordada.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; tecnologia digital; fraudes.

REFERENCIAS

¹ Juiz de Direito Titular de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Diretor-Geral do Fórum. Juiz Eleitoral Titular da 69ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Diretor do Fórum Eleitoral. Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca - Espanha. Pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina - Itália. Pós-doutor em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) - Brasil. Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal. Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2014). Mestre em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1450737398951246>. Orcid: <http://lattes.cnpq.br/1450737398951246>. E-mail: aesn@tjpr.jus.br.

² Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Meio Ambiente Urbano e Industrial da UFPR - PPGMAUI. Pós Graduando em Engenharia Florestal. Especializações em Auditoria e Perícia Ambiental; Engenharia de Segurança do Trabalho e Educação a Distância 4.0. Engenheiro Ambiental. Tecnólogo em Gestão Ambiental. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9775407414426080>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5834-3864>. Email: g_delima@hotmail.com

³ Analista Judiciário Sênior - Tribunal de Justiça do Paraná. Magistério Superior junto a UNIESP/FEATI, Faculdade de IBAITI/PR. Mediadora em Formação pelo Conselho Nacional de Justiça, vinculada ao Juízo da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR. Graduação em direito pela Faculdade Cristo Rei (2007). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8801293338203688>.



CAVEDON, Fernanda Salles; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Conexões entre desastres ecológicos, vulnerabilidade ambiental e direitos humanos: novas perspectivas. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 2, n. 1, 2011.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. A proteção jurídica dos “refugiados ambientais” nas três vertentes da proteção internacional da pessoa humana. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 58, 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Cruz, Paulo Márcio e Ferrer, Gabriel RealDireito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos. Sequência (Florianópolis) [online]. 2015, v. 00, n. 71 [Acessado 24 Março 2022] , pp. 239-278. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n71p239>>. ISSN 2177-7055. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n71p239>.

DENARI, Cristiane; VIEIRA, Ligia Ribeiro. Os Direitos Humanos e a emergência das catástrofes ambientais: uma relação necessária. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, jul./dez. 2014.

DE SOUZA NETTO, Antonio Evangelista. A efetivação dos direitos humanos pela atuação ética dos empresários e demais agentes econômicos: boas práticas de governança corporativa e combate à corrupção privada. **Revista Jus Navigandi**, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/87337/a-efetivacao-dos-direitos-humanos-pela-atuacao-etica-dos-empresarios-e-demaais-agentes-economicos-boas-praticas-de-governanca-corporativa-e-combate-a-corrupcao-privada/3>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; KNOERR, Viviane Coelho de Sello. A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE VACINAS EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL BRASILEIRO. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n. 66, jul. 2021. Disponível em: <http://revista.unicritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/5504>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FURTADO, Janaína Rocha; SILVA, Marcela Souza (orgs.). **Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

GARDE. Associação Global para Resiliência, Redução de Risco de Desastres e Meio Ambiente. **Yokohama, Hyogo e Sendai: o desafio da redução do risco de desastres**. 2021, *online*. Disponível em: <https://gardeassociation.org/pt/yokohama-hyogo-e-sendai-o-desafio-da-reducao-do-risco-de-desastres/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GOEDERT, Daniella Machado Ribeiro. GIBRAN, Sandro Mansur. FERRARI, Flavia Jeane. ABUSO DE PODER E ABUSO DE DIREITO PARA O DIREITO SOCIETÁRIO **Revista Gralha Azul: Periódico Científico da Escola Judicial do Paraná - EJUD**. 2022. Disponível em: https://ejud.tjpr.jus.br/edicoes-anteriores/-/document_library_display/5Gun6SMOHT2y/view/68524001?_110_INSTANCE_5Gun6SMOHT2y_redirect=https%3A%2F%2Fejud.tjpr.jus.br%2Fedicoes-



[anteriores%3Fp_p_id%3D110_INSTANCE_5Gun6SMOHT2y%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D3%26p_p_col_count%3D4](#). Acesso em: 20 nov. 2022.

GUERRA, Sidney. Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes. **Cadernos de Dereito Actual**, n. 8, 2017.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022 Mitigation of Climate Change: Summary for Policymakers**. WGIII AR6 IPCC, 2022.

IPCC, Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. **Alterações Climáticas 2013: A Base Científica**. Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2013.

KNOERR, Fernando Gustavo; MARTINS, José Alberto Monteiro. The contribution of compliance practices to the social role of the company. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 44.

KOKKE, Marcelo. Desastres Ambientais e o Papel do Direito. **Revista da Advocacia Pública Federal**, v. 2, n. 1, 13 jan. 2018.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones, 2004.

MANTELLI, Gabriel Antonio Silveira. Dos desastres socioambientais ao Direito: fatores aplicáveis e breve quadro jurídico. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v.4, n.1, jan./jun. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINE George; ALVES, Jose Eustaquio. Desordem na governança global e o caos nas mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1317>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MORIN, Edgar. *La Vía para el futuro de la humanidad.*, Barcelona: Paidós 2011.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PAMPLONA, Danielle Anne. Um projeto comum para a América Latina e os impactos das empresas em direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, 2019.

PIMENTEL, Luciano Aparecido dos Santos. **A influência das mudanças climáticas nas migrações forçadas: gatilhos, vulnerabilidade, arranjos normativos e institucionais**. 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado: Incluindo noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora JusPODIVM, 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados* [online]. 2012, v. 26, n. 74 [Acessado 24 Março 2022], pp. 65-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>>. Epub 23 Abr 2012. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>.

VIEIRA, Alessandra. ABREU, Joana Covelo de. COELHO, Larissa A. Coord. **Cient. Sustentabilidade tecnológica: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável**. Edição comemorativa de uma década do Mestrado em Direito da União Europeia da Universidade do Minho. Braga, 2020. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66584/3/Sustentabilidade%20Tecnologica_Edicao%20Comemorativa%20MDUE.pdf>. Acesso em 01 abr.2022.

SARAIVA, Jorge Gil. Catástrofes Naturais: o que são?. In: Carla Amado Gomes; SARAIVA, Rute Gil (coords.). **Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional**. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013.

SERVA, Clara; FARIA JUNIOR, Luiz Carlos. **Empresas e direitos humanos: desafios e oportunidades para o Brasil**. JOTA, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/direitos-humanos-desafios-oportunidades-empresas-22012022>. Acesso em: 28 out. 2022.

VIEIRA, Ligia Ribeiro. **A emergência das catástrofes ambientais e os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

VIEIRA, Ligia Ribeiro. **A emergência das catástrofes ambientais e os direitos humanos**. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.